



OS CÍRCULOS DE DIÁLOGOS ENQUANTO PRÁTICA RESTAURATIVA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Selma P. de Santana¹
Fernando O. Piedade²

RESUMO

O referido artigo intitulado Os Círculos de Diálogos enquanto Prática Restaurativa de prevenção à violência na escola tem por objetivo definir a violência; conceituar os círculos de diálogos e analisar a linguagem e as etapas dos círculos de diálogos. Nesse sentido, sabendo que a violência é um fenômeno social que acontece em todo o mundo, visto que é possível vê-la, sentir, praticar, sofrê-la, e também não percebê-la, de que forma os círculos de diálogos podem ser utilizados como instrumento de prevenção à violência? Os círculos de diálogo são definidos a partir da relação homem-linguagem-sociedade. Nesse contexto, registra-se que a linguagem é o instrumento utilizado no processo comunicacional como meio possível e elo preciso de conexão entre os sujeitos sociais. O presente estudo abordou preliminarmente o método hermenêutico, em função de a pesquisa ter partido de referencial bibliográfico.

Palavras-chave: Círculos de Diálogos. Linguagem. Prevenção. Violência.

¹ Doutora em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2006). Mestre em Ciências Jurídico-Criminais por esta última Faculdade (2002). Bacharela em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1984). Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público da Bahia, FESMIP. Especialista em Direito Administrativo pela Fundação Faculdade de Direito - FFD. Especialização em Processo pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Possui curso Aperfeiçoamento em Ciências Criminais e Dogmática Penal Alemã pela Georg-August Universität Göttingen, GAUG - Alemanha. Promotora do Ministério Público Militar da União. Professora Adjunta de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (Graduação e Pós-Graduação). Coordenadora do Grupo de Pesquisas Justiça Restaurativa (cadastrado pelo CNPq). Parecerista técnico do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI. Membro do Conselho Científico do Boletim da Escola Superior do Ministério Público da União.

² Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em DIREITO pela UNISC com Bolsa da Capes tipo 1. Integrante do grupo de pesquisa Justiça Restaurativa na UFBA coordenado por Selma P. de Santana. Bacharel em DIREITO com Bolsa FIES na Estácio/Faculdade São Luís. Licenciado em Letras Português/Espanhol com Bolsa Integral PROUNI pela Faculdade Santa Fé. Possui Especialização em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade Evangélica do Meio Norte e Metodologia do Ensino da Língua Espanhola pela Faculdade Santa Fé. Professor de Direito Penal do Centro Universitário Jorge Amado.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade discutir a violência no ambiente escolar, a partir dos círculos de diálogos, visto que na atual conjuntura ela vem assumindo dimensões cada vez maiores, tornando-se cada vez mais presente no espaço social, entre esses espaços, destaca-se a escola. De que forma devemos conviver com o próximo?

Entendida como fenômeno social, a violência é caracterizada desde uma agressão seja ela física ou verbal a uma simples conduta omissiva, manifestando-se de diversas maneiras, tais como: torturas, discriminação de gênero, identidade racial, dogmas religiosos, violência sexual, entre outros.

Diante desse cenário, o ambiente escolar, espaço garantidor do ensino e aprendizagem, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, espaço propício para a realização da arte, das práticas desportivas e do teatro, mas principalmente, espaço da transformação social do indivíduo, sente-se obrigado a conviver com os mais diversos atos de violência na comunidade escolar.

Não se pode perder o respeito entre os homens, deixando de lado o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. Dessa maneira, o objetivo da escola não deve se resumir meramente em formar cidadãos aptos para atender ao mercado trabalho, deixando de lado valores baseados em ensinamentos éticos, pois ela é parte integrante do contexto histórico, social, político e econômico.

Nessa linha de raciocínio, entender o ambiente escolar como uma instituição apta a promover a cultura da paz exigirá muito mais que normas de comportamentos baseadas em decisões unilaterais e autoritárias tomadas unicamente pela própria direção escolar. Nesse sentido, verifica-se que a violência é um desafio a ser superado pelas instituições de ensino, haja vista vários professores ficam sem saber o que fazer e como agir para resolver e prevenir os múltiplos conflitos que surgem no cotidiano escolar.

Com base nessas reflexões, o objetivo deste trabalho é apresentar uma política de enfrentamento à violência baseada no diálogo. Este, por sua vez, fundamenta-se em valores indispensáveis para a construção da cultura da

paz. São eles: forma geométrica em círculo, linguagem não violenta, escuta empática e o respeito à livre manifestação linguística no momento da fala.

2. A VIOLÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES

Entendida como fenômeno social, a violência é caracterizada desde uma agressão verbal à manifestação da violência física. Na escola, ela se apresenta de diversas maneiras. Xingamentos e apelidos através da ideologia e as agressões e lesões que caracterizam a presença física ou repressiva. Nesse sentido, afirma-se que a violência é um desafio a ser superado pelas instituições de ensino, visto que professores e direção pedagógica, por vezes, fica sem saber o que fazer e como agir para resolver e prevenir os múltiplos efeitos dela no cotidiano escolar. De acordo com Costa (2012, p.7): A violência é um fenômeno social que acontece em todo o mundo. “É possível vê-la, sentir, praticar, sofrê-la, e também não percebê-la, pois a sujeição do indivíduo ou a falta de autonomia do sujeito, o coloca dentro desse quadro avassalador”.

Posto isto, depreende-se que a presença da violência no espaço social é frequente. O problema é que só conseguimos enxergar sua manifestação quando praticada pelo outro e não nos damos conta que a praticamos, ainda que a intencionalidade não seja a de agredir, seja utilizando a linguagem de forma violenta, ou omitindo situações em que ela efetivamente ocorreu, por medo ou por mentira.

As causas apontadas são várias, desde as sociais, tais como a vigência de políticas públicas de exclusão social que não oportunizam acesso a uma educação de qualidade e trabalho digno, até as causas psicológicas decorrentes que convertem a menos-valia introjetada em respostas antissociais que se descortinam como única alternativa de sobrevivência, aceitação e autoafirmação, a exemplo da formação do poder paralelo do narcotráfico. Assim, quando o nosso olhar se volta somente para o produto da violência social e isolamos o processo, tendemos a dividir o mundo entre vítimas e culpados. Com isto, os menos atingidos pelos mecanismos geradores de exclusão social se defendem dos mais atingidos e estes, também pela resposta à rejeição, tendem a revidar. Com isso, instala-se o caos, a desconfiança geral e o medo.

Comete-se um grande equívoco quando em vez de analisarmos o histórico social do sujeito e a raiz da violência, limitamo-nos a vê-la enquanto processo punitivo pelo desvio de conduta não aceito socialmente, isolando e excluindo o aluno-ofensor com a imposição de advertências e suspensão, isso quando não termina em sua expulsão da escola, na tentativa de proteger o aluno-vítima. Diante disso, mesmo existindo várias formas de violências (física, verbal, moral, explícitas, sutis, por exemplo) e, todas elas trazendo danos ao indivíduo, nem todas são as formas de violência são claramente percebidas. Sobretudo, violências mais sutis, que passam despercebidas.

Nessa senda, concordamos com Marra ao afirmar que a falta de apoio da escola contribui com a violência. Althusser (2008) afirma que o sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições garantem sua submissão à ideologia dominante, em que pese contribuir com a exclusão social e com o pensamento elitista. Pois, desde a pré-primária, a escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir dessa etapa, inculca-lhes durante anos, devido sua vulnerabilidade, um pensamento envolvidos na ideologia dominante.

O crescimento da violência dentro da escola exige meios para seu enfrentamento de modo inclusivo. É discutindo o problema da violência em sua essência, por meio de um processo participativo que se alcançará caminhos a sua prevenção. Deve-se esclarecer que programas ou políticas de enfrentamento à violência devem ter duas finalidades. Uma é a preventiva, a outra que possibilite as vítimas e ofensores um processo igualitário e uma comunicação não violenta baseada na escuta empática e na oportunidade de expressão verbal entre as partes de modo igual e respeitoso.

A escola, afirma Candau (2004) deve proporcionar um espaço dinâmico de convivência harmônica entre todos os atores escolares, além de constituir um processo de produção de conhecimento e de interação entre as dimensões políticas, culturais, institucionais e instrucionais que visa construir um projeto de homem, de sociedade e de educação. Para Fernandez (2006, p.5) “a escola é uma instituição que possibilita, em princípio, o acesso à aprendizagem e socialização dos indivíduos de forma democrática, promovendo condições para as pessoas viverem melhor e integrar-se na sociedade”.

Nessa ótica, a concepção semântica da palavra escola aparece com um espaço interacional para o sujeito, visto que promove condições de inclusão no espaço educacional. Saviani (2001) leciona que a promoção do sujeito está condicionada à superação do aparelho escolar em servir como instrumento de dominação que acaba por não contribuir na socialização do aluno, provocando ainda mais a exclusão social.

Nesse sentido, Abromovay (2002, p.7) posiciona-se defendendo uma escola que “possibilite e forneça escolhas ao sujeito de forma livre e consciente, assumindo o compromisso com a transformação social do aluno para além da punição”. Nesse enredo, Zaluar (2008, p. 11) diz que “a escola é também um espaço de lutas e os conflitos produzidos podem ser fontes de transformação social. Entender a escola como um espaço social é um componente básico que contribui significativamente para a prática do papel da escola contemporânea”.

Nesse sentido, Assis (2004) menciona que escola é o lugar onde depositamos nossas esperanças para a formação de um cidadão crítico. Sendo assim, a violência no espaço escolar não pode ser tratada de modo a promover ainda mais a exclusão dos oprimidos, pois o maior objetivo da educação é promover cidadania.

Independente da forma de violência concretizada (explícita ou não) o espaço existente para o sujeito da argumentação, negociação ou da demanda, ou seja, sujeito da comunicação, muitas vezes, enclausurado pelo uso força físico ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos, deve ser o de participação nos processos decisórios tomados pela comunidade escolar, pois são as partes envolvidas que devem ter primordialmente o direito à linguagem.

Nesse sentido, ressalta-se que enfrentar a violência pela punição provoca uma interferência desordenada, propícia à desordem e o confronto destrutivo. Guimarães (2002) afirma que a escola tem que encontrar formas eficientes para administrar ações violentas que por vezes fragilizam o relacionamento e desarmonizam a convivência.

Evidencia preocupação da mesma natureza quando alerta para o desafio de acompanhar o que se passa em cada escola, em seu dinamismo interior, para analisar e compreender a forma como rebatem e compõem estratégias de resistência, buscando escapar de quaisquer determinismos. A situação

em que vive a escola afeta a todos que nela militam, boicotando o trabalho e dificultando, senão interceptando seu caminho. Zaluar (2008, p.19)

Acredita-se que não se pode perder o respeito e confiança, deixando de lado o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. Dessa maneira, o objetivo da escola não é apenas formar cidadãos aptos para atender ao mercado trabalho, mas em formar cidadãos, a partir a práticas comprometidas com a transformação social e com a emancipação do sujeito. E para que isso ocorra, à instituição escolar deve proporcionar o engajamento cooperativo entre todos os membros da escola.

Destarte, ressalta-se que o respeito é garantido pelo medo ou pela admiração. Quando adquirido pelo medo é estabelecido em função da hierarquia, das punições e das sanções. Por meio da admiração é estabelecido com base na autoridade e não no autoritarismo. Com isso, percebe-se que administrar um conflito ou uma ação violenta deve-se, a princípio, proporcionar o direito ao diálogo, para que a relação pedagógica em sua prática docente educativa possibilite a compreensão e, por conseguinte, a reparação do dano de forma consciente e responsável.

OS CÍRCULOS DE DIÁLOGOS E SUA LINGUAGEM

Nesse diapasão, os círculos de diálogo surgem como uma alternativa na resolução de conflito, promovendo a participação da escola (alunos\professores\ direção escolar e a comunidade) como instrumento de enfrentamento à violência no processo decisório. Pois, em conformidade com o pensamento de Zaluar, independente de como a violência se manifeste o direito ao diálogo, isto é, de ser ouvido e de ouvir (escuta empática) é uma forma pacífica de resolução de conflito. O círculo de diálogo centra-se no dano causado e nas necessidades a serem atendidas, a partir de um processo colaborativo e inclusivo.

Pode-se entender como uma reformulação de nossa concepção de Justiça, tendo como objetivo trabalhar o uso do diálogo, de modo a possibilitar a compreensão das pessoas sobre a situação conflituosa, para que haja a humanização dos envolvidos, possibilitando a identificação das necessidades geradas pelo conflito/crime/violência e a consequente responsabilização de todos os afetados, direta ou indiretamente para, de

uma forma ou de outra, se comprometerem e contribuirão para sua resolução. Pranis (2010, p.17)

A linguagem usada nos círculos de diálogo procura não apenas a culpa dos sujeitos, de modo a estabelecer um jogo de “pago pelo erro, recebo pelo dano”, mas restaurar relações atingidas pelo conflito por meio de uma comunicação não violenta. Visto que, classificar e julgar as pessoas estimula a violência.

Os Círculos de Diálogo não buscam levar prioritariamente o grupo a um consenso ou sanar rupturas graves nos relacionamentos. Simplesmente permitem que todos falem sobre determinado assunto a partir de sua perspectiva. A partilha de pontos de vista diferentes aumenta a compreensão sobre a questão e pode melhorar os relacionamentos, mas o círculo de Diálogo não procura trabalhar em profundidade esses relacionamentos.

Segundo Pranis (2010, p.20) os círculos de diálogos são usados:

- 1) Para o contato mútuo dentro de um processo grupal em andamento (classe, equipe de funcionários, organização da sociedade civil, comitê, conselho, grupo de trabalho);
- 2) Reflexão sobre uma experiência grupal;
- 3) Dar retorno a um líder ou facilitador em relação a um processo grupal;
- 4) Oferecer subsídios para tomadores de decisões;
- 5) Dialogar sobre questões comunitárias ou sociais, como por exemplo, racismo, gênero, bullying, drogas e outras questões que ocasionem a violência;
- 5) Explorar os diferentes significados de uma experiência ou evento para as pessoas envolvidas;
- 6) Partilhar perspectivas entre pessoas de diferentes gerações;
- 7) Comparar pontos de vista divergentes quanto a questões emocionalmente carregadas, como casamento de homossexuais ou aborto.

Nessa ótica, é importante esclarecer que o círculo diálogo é uma modalidade que tem como finalidade promover a conexão entre os indivíduos. Ou seja, promover o espaço para o diálogo, por isso a necessidade de compartilhar pontos de vistas e diferentes experiências. Essa modalidade não pretende uniformizar ideias ou estabelecer acordo, pois o essencial que todos possam usar as habilidades linguísticas expressivas (a fala) e a interpretativa (a escuta) para que todos possam explorar as múltiplas formas de compreensão dos sentidos extraídos no processo dialogal.

Sua forma implica comunidade, conexão, inclusão, justiça, igualdade e integridade. Por isso a necessidade do seu uso para discutir pontos de vistas diferentes, como racismo, drogas, gêneros, identidade religiosa, ações de gang's,

pichações, comportamentos inadequados, formas violentas usadas na linguagem, etc. Registra-se por oportuno, que embora se reconheça a existência de outras modalidades circulares no enfrentamento à violência, o presente estudo em função da delimitação temática apresenta a proposta como política preventiva, daí a opção pelos círculos de diálogo. Ressalta-se que a opção geométrica em círculos faz possibilita uma maior conexão comunicacional, visto que ao sentarem em fileiras, os alunos veem o professor e as costas dos colegas, limitando o processo dialogal.

Por essa razão, Pranis (2010) afirma que esse arranjo é apropriado para palestras e outras modalidades didáticas, mas não é indicado para práticas que objetivam a gestão de conflitos. A reunião em círculo, onde não há primeiro nem último lugar, isto é, um enfileiramento, muitas vezes controlado, estabelece uma igualdade de condições para todos os participantes. O modelo circular desenvolveu-se em quase todas as culturas. Os círculos aparecem nas culturas indígenas, precisamente na América do Norte que utilizavam essa modalidade para discutirem problemas referentes à tribo, resultando na formação natural de pessoas sentadas ao redor de uma fogueira. Pranis (2010).

Os círculos de diálogo são definidos a partir da relação homem-linguagem-sociedade. Nesse contexto, convém mencionar que a linguagem é o instrumento utilizado no processo interacional como meio possível e elo preciso de conexão, pois sua finalidade representa não apenas expressão do pensamento ou produto de comunicação, mas, sobretudo, interação social. E essa interatividade representa entre outras vantagens a possibilidade de com ela e por meio dela a possibilidade de interpretação, compreensão e entendimento de administração do conflito.

A língua, como instituição social, não é um ato, escapa a qualquer premeditação; é a parte social da linguagem; o indivíduo, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; é essencialmente um contrato coletivo, ao qual nos temos de submeter em bloco, se quisermos comunicar; além disso, este produto social é autônomo, à maneira de um jogo que tem suas regras, pois só o podemos manejar depois de uma aprendizagem. Barthes (2004, p.32)

Barthes afirma que a linguagem é um instrumento social possível devido um contrato coletivo. Todavia, cabe-nos considerar que esse contrato ou convenção social é estabelecido para garantir a compreensão e a comunicação entre os atores

sociais através de um sistema linguístico em comum. O que não pode é este sistema provocar a exclusão social e servir de elemento de poder e dominação elitista.

A linguagem é uma forma de interpretar o mundo. Nesse contexto, a língua é inserida no campo social e a fala situa-se na esfera do individual. Daí a afirmação saussuriana (2008, p.13) “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”. Convém ressaltar que para Saussure, a linguagem é a faculdade natural de usar uma língua.

Linguagem e sociedade estão interligadas de forma inquestionável, podendo-se afirmar que essa relação é à base da constituição do homem. Pois, a história da humanidade é a história do homem organizado em sociedade, onde estes trocam experiências e compartilham diferentes acontecimentos de sua vida por meio da linguagem, seja ela verbal (escrita ou falada) ou não verbal. Nessa perspectiva, Alkmim (2004, p.23):

“A relação entre linguagem e sociedade, reconhecida, mas nem sempre assumida como determinante, encontra-se diretamente ligada à questão da determinação do objeto de estudo da linguística. Embora se admita que a relação linguagem-sociedade seja evidente por si só, é possível privilegiar uma determinada ótica, e esta decisão repercute na visão que se tem do fenômeno linguístico, de sua natureza e caracterização”.

A linguagem é uma riqueza que apresenta diversos valores. É inseparável do homem, visto que o segue em todas suas ações. Através dela, segundo Fiorin (2008) consegue-se organizar e exteriorizar o pensamento, isto é, um instrumento onde ao mesmo tempo influencia-se e é influenciado.

O problema é que em certas circunstâncias ela aparece como uma entidade autônoma e impenetrável em vez de apresentar-se como um sistema acessível à análise científica implicando numa relação em que se vê o homem como linguagem e a linguagem no lugar do homem. Nessa senda ela é definida como demarcação, significação e comunicação, visto que todas as práticas do homem são práticas de linguagem.

Linguagem e sociedade são realidades que se inter-relacionam. É impossível concebermos a existência de uma sem outra. Assim sendo, observa-se que língua apresenta várias finalidades, entre elas a de servir como meio de comunicação e, por conseguinte, interação social. Por isso, ela é interpretada como produto e expressão da cultura. Borba (2010)

O pensamento humano é organizado pela linguagem, tornando-o ordenado, articulado, concatenado e nítido. Sua importância à vida humana possibilita e permite a comunicação ampla do pensamento. Cada indivíduo tem de saber usar adequadamente a linguagem de acordo com a situação sociocomunicativa em que lhe for exigida. Pela oralidade um indivíduo transmite além da mensagem contida em seu discurso, uma carga ideológica.

Para a linguagem (re) criar espaços democraticamente abertos entre os sujeitos da comunicação os indivíduos devem estar conscientes de seu papel social, ainda que muitos deles sejam desacompanhados de escolaridade, isto é, da produção da escrita e da leitura e outros conhecimentos formais apreendidos no espaço escolar. Práticas sociais de linguagem não devem vislumbrar tão somente códigos linguísticos previstos na gramática normativa e assim estar a serviço de uma minoria detentora do capital e do poder. Linguagem é adequação, e é importante registrar que mesmos os analfabetos por desconhecerem a estrutura do sistema linguístico não deixam de ser sujeitos em sua essência, pois as práticas de linguagem estão muito aquém do estabelecimento coercitivo de normas linguísticas.

O processo de produção da subjetividade da linguagem deve (re) criar um espaço social homogêneo, transparente e unívoco, um espaço onde os atores sociais tenham o sentimento de pertença a uma identidade nacional. Essa produção democrática da subjetividade da linguagem surge no espaço local à proporção que discursos de reformulação e resistência à disciplina e à vigilância perderem seu espaço. Nesse momento, os atores sociais adquirem força participativa na cena dialogal. A linguagem pode servir como meio pedagógico para se alcançar um patamar de inclusão e participação social das pessoas e da comunidade que estão excluídas da sociedade.

A troca de experiência não é possível sem o uso da linguagem. Sem ela, tal experiência não poderia ser verificada e identificada. Pois, se possível fosse outra forma de troca de experiência, esta seria puramente individual, solitária, sem nada significar no processo de socialização humana, pois os significados não podem ser fixados independentemente da linguagem. Os facilitadores ao fazerem uso da linguagem no processo circular dialogal a usa no sentido de propiciar aos alunos, professores, coordenação pedagógica e as famílias no momento da conversação a participação efetiva, sem que eles se sintam inibidos, coagidos ou adotem uma

postura defensiva. Por essa razão, Costa e Piedade (2014) lecionam que as perguntas são colocadas em duas listas: Uma para lidar com um comportamento desafiador, e outra para lidar com alguém que foi prejudicado pelas ações de outra pessoa. As perguntas podem ser utilizadas de forma intercambiável.

As perguntas básicas para responder a um comportamento desafiador são: O que houve? Em que você estava pensando no momento? Em que pensou desde então? Quem foi afetado por suas atitudes? De que maneira? Em sua opinião, o que é preciso fazer para consertar as coisas?

As perguntas básicas para ajudar alguém que foi prejudicado pelas ações de outra pessoa são: Em que você pensou ao perceber o que havia acontecido? Que impacto o incidente causou em você e nos outros? Para você, qual foi a coisa mais difícil? Em sua opinião, o que é preciso fazer para consertar as coisas?

A linguagem usada pelos círculos objetiva criar possibilidades para a contação dos fatos, atos e dos acontecimentos em sua essência, no sentido de buscar as múltiplas possibilidades de sentido extraídas da intencionalidade discursiva, no momento de compreensão de sentido a partir da fala do ofensor e da vítima. As perguntas criam um feedback para que as pessoas possam usar as habilidades linguísticas da fala e escuta, na possibilidade da garantia de dois momentos: a de expressar-se livremente (de ser ouvido) e a de ouvir como seus atos afetou o outro. O momento da fala não representa um momento de defesa, assim como o momento de ouvir não representa uma obrigação. Esses momentos são espaços proporcionados a todos os envolvidos de falar sobre seus sentimentos e como estão se sentindo, levando em consideração que esses espaços não são proporcionados na escola, pois ela não procura compreender os fatos a partir do discurso dos sujeitos.

Costa e Piedade (2014) afirmam que é preciso encorajar os conflitantes a se responsabilizarem por seus atos, dessa forma elas abrem caminho para encontrar soluções para os problemas, em vez de a escola ditar regras e estabelecer punições unilateralmente. Essas perguntas ajudam a escola a equacionar, de um lado, a responsabilidade dos atos ao lidar com eles e não ignorar o que aconteceu, e de outro, acolher e apoiar os ofensores ao lhe proporcionar perguntas úteis para ajudá-los a assumir responsabilidade e resolver seus próprios problemas.

O resultado de uma troca que usa perguntas restaurativas tende a ser

restaurativo - ou seja, tende a resolver a questão subjacente e a aliviar os maus sentimentos das pessoas. Essas perguntas separam o comportamento das pessoas de seu valor intrínseco como pessoa, permitindo que elas admitam seus erros, corrija o que fizeram de errado e sejam (re) integradas na comunidade. "Separar a ação do agente" evita que as pessoas sejam estigmatizadas como "ruins" e lhes dá uma oportunidade de mudar. As perguntas também permitem que uma autoridade transfira mais responsabilidade por corrigir as transgressões àqueles responsáveis por elas, em vez de assumir uma posição de julgamento, xingamento e aplicação de punição. Pranes (2010, p.45)

A estrutura da linguagem presente nos círculos de diálogos é analisada de várias formas. A primeira quanto ao uso do porque na estrutura fraseológica. Frases do tipo "Por que você fez isso?" não são usadas na lista de perguntas restaurativas em nenhuma modalidade circular. Iniciar o processo comunicacional com o uso do por que é colocar os conflitantes numa posição defensiva e, muitas vezes, não resulta em nenhuma resposta ou resulta em uma racionalização inútil.

A forma por que é a sequência de uma preposição (por) e um pronome interrogativo (que). Quando usado separado tem o sentido de "por qual razão", "por qual motivo". No momento que se constitui um círculo de diálogo não se procura saber o motivo ou razão, pois fará com que as pessoas assumam uma posição de defesa. Por esta razão, perguntas como: Em que você estava pensando no momento? Em que pensou desde então? Quem foi afetado por suas atitudes? Em sua opinião, o que é preciso fazer para consertar as coisas? Em que você pensou ao perceber o que havia acontecido? Que impacto o incidente causou em você e nos outros? Em sua opinião, o que é preciso fazer para consertar as coisas? Pretendem proporcionar a autorreflexão e uma explicação razoável.

Outra estrutura analisada diz respeito ao tipo de discurso usado na formulação de perguntas. O Bechara (2013, p.12) "O discurso é a prática humana de construir textos, sejam eles escritos ou orais. Sendo assim, todo discurso é uma prática social. A análise de um discurso deve, portanto, considerar o contexto em que se encontram os sujeitos envolvidos e as condições de produção do texto". Sendo assim, percebe-se que as perguntas são formuladas adotando o discurso indireto, pois o facilitador ao iniciar o processo circular deve utilizar o discurso em terceira pessoa. Nesse caso, o facilitador se utiliza das palavras para reproduzir aquilo que foi dito pelos envolvidos de forma indireta. Frases do tipo: Por que você

delinuiu? Que representa um discurso direito é substituído por: O que você estava pensando?

Quanto à função a linguagem adota a função emotiva, visto que reflete o estado de ânimo do emissor, seus sentimentos e emoções. Como os círculos de diálogos é uma modalidade mais informal, ela procura valorizar as declarações afetivas, que são simplesmente expressões de sentimentos pessoais. Em vez de xingar um aluno que quebre uma regra, o professor poderá identificar o comportamento e expressar como isso o fez se sentir: Um bom exemplo é quando o professor diz o seguinte: “Quando todos falam ao mesmo tempo e estou tentando dar instruções, fico muito triste com vocês. Declarações afetivas ajudam a esclarecer limites, a fornecer feedback e a criar empatia.

As perguntas restaurativas são chamadas de perguntas afetivas, pois faz as pessoas falarem sobre seus sentimentos umas com as outras. Quando um professor testemunha um problema, por exemplo, alunos discutindo no pátio, perguntas afetivas podem ser usadas para lidar com o que aconteceu. Como você acha que Ana se sentiu quando você fez aquilo para ela? As perguntas dão aos alunos uma chance de contarem suas histórias e de expressarem seus sentimentos sobre o que se passou.

Muitas vezes os alunos não sabem que resposta dar, pois perguntas que apresentam a estrutura de um discurso direto colocam as pessoas na defensiva e, por isto, não são aconselhadas para administrar uma relação conflituosa. As perguntas nos círculos encorajam alunos e professores a obter apoio dos colegas, ajudando-os a pensar nas respostas.

ETAPAS DOS CÍRCULOS RESTAURATIVOS: DA TEORIA A PRÁTICA

Embora existam diversos tipos de círculos, todos devem apresentar um desenho único, isto é, em forma círculo, demonstrando respeito, cordialidade e igualdade entre todos os participantes. Os círculos restaurativos partem da comunicação não violenta e da escuta empática para a construção do consenso. Esta forma de justiça valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para a auto expressão, fortalecendo as pessoas para a

construção de estratégias de relacionamento e confiabilidade social rompido pelo conflito.

Os círculos são centrados não em respostas repressoras e punitivas, mas numa forma reconstrutiva das relações e preparativas de um futuro convívio respeitoso. Os processos restaurativos (mediação, conferências familiares ou círculos) proporcionam a vítima e o agressor, e outros interessados no caso (v.g. familiares, amigos, comunidade escolar), a oportunidade de se reunirem, exporem os fatos, falarem sobre os motivos e consequências do ato, ouvirem o outro, visando identificar as necessidades e obrigações de ambos. A vítima pode dizer que a atitude a incomoda e ele está mal com isso. O agressor entende o que ocorreu, conscientiza-se dos danos que causou a(s) vítima(s) e assume a responsabilidade por sua conduta, reparando o dano e demonstrando como pode melhorar. Em seguida, firma-se, então, um compromisso. Em muitos casos é possível o arrependimento, a confissão, o perdão e a reconciliação entre as partes. O encontro é acompanhado por um facilitador capacitado para esta prática (v.g. professor, aluno, assistente social, psicólogo), que tem como objetivo ajudar as partes a se entenderem, refletirem e chegarem a uma solução para o caso. Enfim, com a justiça restaurativa, escolas aprendem que, em vez de punir, é melhor dialogar para resolver os conflitos. Rosa (BRANCHER, 2010, p.15)

Os círculos fundamentam-se no encontro entre as partes afetadas em um conflito, sendo esse encontro uma maneira de promover o diálogo, apoiando as pessoas a chegarem a acordos estabelecidos de maneira conjunta e consensual. A participação do facilitador é essencial, porém neste processo são os participantes que fazem a mudança. É uma ferramenta de origem comunitária, utilizada em âmbito de conflitos familiar, escolar, projetos sociais, judiciário, etc.

Nos círculos restaurativos observamos três etapas distintas: Pré-Círculo, Círculo e Pós-círculo. Cada etapa é orientada a formulação de perguntas que devem ser feitas oral ou verbalmente numa linguagem clara e acessível. Usar palavras eruditas também apresentará um problema para a compreensão, já que pese ser indispensável à análise do histórico social do indivíduo. Nesse contexto, Pranis (2010) diz que as perguntas feitas no círculo devem orientar a sequência do círculo e promover o diálogo e compreensão da comunicação entre todos.

As pessoas, aceitando participar do círculo deverá assinar o termo de consentimento. Esse termo é um instrumento que assinala a voluntariedade em participar dos círculos, comprometendo-se respeitar os princípios e valores

estabelecidos. O documento é assinado em duas vias, uma para o participante e outra para o Facilitador, se preciso for, outra via deve ser assinada e endereçada ao juiz informando-o do interesse das partes em participar do procedimento circular. Registra-se que esse termo não é o acordo a ser possivelmente construído no processo circular. As fases do pré-círculo é orientado para:

1. Descrição do fato. O que foi dito ou feito que você quer levar para um Círculo Restaurativo?
2. Escuta empática. Você está se sentindo...? Por que você precisa de... (necessidades ou valores universais)? E nisto tudo que você descreveu, o que te chama mais atenção? Eu ouvi dizer que... É isto?
3. Consentimento informado. Agora vou descrever os passos a seguir, para que você possa decidir se quer ou não ir em frente. (Descreve-se os passos, o diálogo, os planos de ação e o pós-círculo). Está claro? Há alguma dúvida? Quem precisa participar do círculo para que essa situação seja modificada no futuro? Você quer ir em frente? Pranis (2010, p. 27)

O pré-círculo é a primeira etapa do processo, em que a(s) pessoa(s) que o iniciou e os convidados serão ouvidos. É também nessa fase em que o ato a ser trabalhado no círculo será definido em conjunto com a pessoa que inicia o processo. Nesse momento, o Facilitador escuta empaticamente cada participante e explica o processo passo-a-passo, pergunta, a cada um, quem mais precisa estar presente no círculo para que a situação seja modificada.

É nessa etapa que o facilitador prepara as pessoas para o círculo, tendo definido quem serão os participantes; o local do círculo; a data e horário do círculo. Brancher (2006). A objetividade na linguagem é fundamental para que os envolvidos na situação conflituosa saibam exatamente quais procedimentos serão adotados e que a modalidade circular não é um processo judicializado.

Os círculos restaurativos são processos que criam condições propícias ao desenvolvimento do diálogo, visando encontrar soluções razoáveis para a reparação dos danos. Pranes (2010) afirma que é um ambiente propício para o diálogo, pois remete uma imagem positiva para todos os participantes, garantindo condições de igualdade e segurança num espaço confortável e agradável. Ainda segundo a autora é importante compreender que o círculo restaurativo é um espaço desenvolvido para o compartilhamento de poder entre os envolvidos, visando à compreensão mútua e a responsabilização. Sendo construído e vivido um espaço com essas condições é

possível que um plano de ação (ou acordo) entre os envolvidos seja estabelecido.

Ao receber a solicitação o facilitador deve:

- 1) Agendar a conversa e escolher um espaço conveniente para todos.
- 2) Colher assinatura no Termo de Consentimento do Círculo e da filmagem, se relevante.
- 3) Deixar por escrito as informações de maior relevância, especialmente dos agendamentos, endereços e fones para contatos. Avisar porque está escrevendo, para deixar todos à vontade.
- 4) Realizar pré-Círculo com cada grupo de participantes do círculo: Autor(es), Receptor(es) e Comunidade. Quando o número de pessoas em cada um destes grupos é mais que uma, o pré-Círculo deste grupo pode ser coletivo, ou seja: um pré-Círculo para todos os Receptores, um para todos os autores, um para todos da comunidade.
- 5) É importante que o Ato seja definido com o máximo de precisão e simplicidade. Evite termos que condena ou critica o que foi feito, ou quem o fez. Idealmente, a descrição do Ato será uma frase só. Esta descrição pode incluir, por exemplo, a data e o local do acontecido. Se possível e relevante, utilizar a citação exata do que foi dito.
- 6) Informar de maneira objetiva e clara todas as etapas do Círculo Restaurativo, de onde estar no Pré-Círculo ao final do Pós-Círculo, para que a pessoa tenha conhecimento de todo o processo antes de decidir se quer seguir em frente ou não.
- 7) Pergunte sempre a cada participante quem precisa estar presente no Círculo. Evite fazer sugestões ou insinuar. Anote os nomes e formas de contato, se necessário. Procurar saber nomes próprios, quando possível. A pergunta é quem precisa estar presente...? ': Queremos saber quem estar envolvido no ocorrido.
- 8) Lembrar de utilizar os formulários para os Pré-Círculos. Pranis (2010, p.32)

O pré-círculo é muito importante, sobretudo quando não é possível o encontro imediato entre vítima e ofensor. Ainda que os participantes manifestem o interesse em participar dos círculos, muitas vezes em função da dimensão e sofrimento marcado pela natureza conflitiva, violenta ou criminosa esse encontro pode ser marcado por uma alta tensão. Por isso a necessidade em conhecer o histórico de vida dos envolvidos antes da abertura do processo circular.

A outra etapa é o círculo restaurativo. Essa fase é caracterizada pela reunião das partes envolvidas no conflito. Nesse momento, já se analisou previamente a possibilidade do encontro entre os vítima e ofensor, tendo em vista que nem sempre ser possível, de pronto, essa possibilidade. É um espaço propício para o desenvolvimento do diálogo. Este é caracterizado por formas não violentas no uso da linguagem, sobretudo na fala do facilitador, que em nenhuma hipótese pode impor na comunicação um discurso como fonte de verdade absoluta como única alternativa para a gestão do conflito. É claro que o mesmo não pode cobrar das partes arroladas, visto que as falas trarão consigo uma forte carga de emoção.

O intuito é que, depois de uma dinâmica de compreensão mútua e autorresponsabilização, surjam condições para um acordo desenvolvido pelos participantes, para modificar essa situação no futuro, de modo que todos possam viver melhor dali em diante. Isso resultará em um Plano de Ação, onde estarão listadas ações para o futuro, com prazos determinados para que elas aconteçam. Todos os participantes devem estar de acordo com as ações e assinar o Plano de Ação. (BRANCHER 2010, p.14)

Nessa etapa, as perguntas devem ser desenvolvidas para a compreensão mútua. Significa dizer que as necessidades de todos os participantes devem ser ouvidas e respeitadas, ainda que não nem todos concordem com o que foi dito. Compreender não significa ter a mesma ideia, compreender é ouvir respeitosamente o outro em relação ao fato ocorrido. É sempre bom iniciar os questionamentos com quem aparenta estar mais angustiado. O que você quer que o outro saiba sobre? como você está agora em relação ao ato e suas consequências? O que você o ouviu dizer? Foi isto? Há algo mais? Nota-se que as perguntas são formuladas para que o emissor possa sentir-se livre a falar o que quer.

Outro ponto interessante é a autorresponsabilização. Parte-se do pressuposto que o transgressor deve reconhecer-se como autor do ato danoso. Seu não reconhecimento dificultará o desenrolar do processo. Algumas estratégias são tomadas no andamento da visão circular, por exemplo, se o círculo não tiver como finalidade a consecução do acordo não será preciso esforço para tal reconhecimento, do contrário será preciso que os organizadores do círculo procurem sensibilizá-lo, a fim de que ele reconheça ou admita um certo grau de responsabilidade e contribuição para o acontecimento do conflito. Por isso, as perguntas são elaboradas no seguinte modelo. Você se reconhece como autor do ato? O que você estava buscando quando cometeu esse ato? O que você o ouviu dizer? Foi isto? Há algo mais?

O último momento dentro dessa etapa é concretização do acordo. Conforme já mencionado no presente texto, este deve ser certo, possível e exigível. Deve ter como fundamento os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Nesse contexto, as perguntas são formuladas e orientadas para saber: O que vocês gostariam de ver acontecer agora? O que você gostaria de oferecer? O que você gostaria de pedir?

O pós-círculo é um novo encontro, estabelecido ao final do círculo. Essa etapa é construída para se verificar se o acordo está sendo efetivamente cumprido. Pois, caso ocorra algum problema que atrapalhe seu comprometimento é importante que os organizadores do círculo estejam previamente cientes das causas que impediram seu andamento. De acordo com Brancher (2006, p.16) Nessa etapa, “todos são chamados para avaliar os pontos positivos, negativos e sugestões. Verifica-se o efeito do acordo para o ofensor, o estado emocional da vítima e o grau de satisfação de todos os atores envolvidos no processo decisório”.

Nesse momento pode o facilitador, a depender da situação, discutir o problema com as partes e administrá-lo propondo solução num encontro circular ou encaminhar o fato, por escrito, ao juiz para que este tenha ciência da quebra do acordo e estabelecer outra sanção. Tem ainda como finalidade avaliar o grau de satisfação entre os participantes do processo circular e ainda, convidar vítima e ofensor para participarem de outras modalidades circular, como os círculos de apoio, reintegração, de diálogo etc. Perguntas do tipo. Como você está se sentindo em relação ao acordo estabelecido? Qual o sentido desse acordo para sua vida? Contribuem para a melhoria, desenvolvimento, aprendizado, experiência e maturidade do processo circular.

De acordo com Pranis (2010) os círculos restaurativos são compostos por três partes: 1. Aquele que se reconhece como ofensor; 2. Aquele que se reconhece como a vítima e, 3. Aquele que se identifica e é identificado por outros como indiretamente impactado pelo dano. Para facilitar os processos circulares, existe um facilitador devidamente capacitado. Algumas condições são imprescindíveis para que ocorra o processo circular, tais como: é necessário que o infrator ou ofensor se reconheça como tal; é preciso que o desejo em participar seja livre e voluntário; é essencial a participação da comunidade; o acordo deve ser consensual; que não existe diferença entre as partes, por conseguinte, todas as necessidades devem ser vista e escutadas com o mesmo respeito e grau de compreensão; todos são iguais, independentes de como empregam a linguagem e que todos devem ter direito de falar sem interrupção.

Os círculos restaurativos são usados no contexto das práticas restaurativas, na comunicação não violenta e pela justiça restaurativa, visto que sua forma geométrica circular estabelece entre os integrantes sentimentos igualdade e

distribuição equitativa do poder. Cada utilidade é orientada por uma modalidade circular diferente. Nesse aspecto, cabe ressaltar que os processos circulares são instrumentos que procuram oferecer e colaborar, na medida do possível, com a tomada de decisão. Sabemos que nenhuma dessas modalidades são instrumentos de tratamento e\ou solução, mas elementos que colaboram com a gestão pacífica de conflitos. Os círculos não são um processo neutro, alheio aos valores, eles são espaços conscientemente que compartilha valores. Nessa perspectiva, Pranis (2010) diz que não se prescreve um conjunto específico de valores para os círculos, mas a estrutura axiológica é a mesma para todos eles.

Segundo Piedade e Costa (2014) os círculos têm por base os valores estabelecidos pela justiça restaurativa que são: o empoderamento, a participação, a autonomia, o respeito, a busca de sentido e de pertencimento na responsabilização pelos danos causados, mas também na satisfação das necessidades evidenciadas a partir da situação de conflito. Os valores dos processos circulares são: respeito, honestidade, humildade, segurança, responsabilidade e verdade.

Em consonância com as ideias de Pinto (2005) A participação surge como o primeiro valor, pois os mais afetados pela transgressão vítimas, infratores e suas comunidades de interesse devem ser, no processo, os principais oradores e tomadores de decisão, ao invés de profissionais treinados representando os interesses do Estado. Todos os presentes nas reuniões de justiça restaurativa têm algo valioso para contribuir com as metas da reunião. O segundo valor é o respeito, visto que todos os seres humanos têm valor igual, independente de suas boas sua etnia, cultura, gênero, orientação sexual, idade, credo religioso, status social, etc. Todos, portanto, são dignos de respeito nos ambientes da justiça restaurativa. O respeito mútuo gera confiança e boa fé entre os participantes.

O terceiro valor é a honestidade, pois ela é essencial para fazer justiça. Na justiça restaurativa, a verdade produz mais que a elucidação dos fatos e o estabelecimento da culpa dentro dos parâmetros estritamente legais; ela requer que as pessoas falem aberta e honestamente sobre sua experiência relativa à transgressão, seus sentimentos e responsabilidades morais. Assim sendo, reconhecer esta condição humana universal capacita vítimas e infratores a descobrir que eles têm mais em comum como seres humanos frágeis e defeituosos do que o que os divide em vítima e infrator. O quarto valor é a interconexão que enfatiza a

liberdade individual e a responsabilidade. É importante reconhecer os laços comunitários que unem a vítima e o infrator. Ambos são membros valorosos da sociedade, uma sociedade na qual todas as pessoas estão interligadas por uma rede de relacionamentos.

O quinto valor é a responsabilidade que surge quando uma pessoa, deliberadamente causa um dano à outra, o infrator tem obrigação moral de aceitar a responsabilidade pelo ato e por atenuar as consequências. Os infratores demonstram aceitação desta obrigação, expressando remorso por suas ações, através da reparação dos prejuízos e talvez até buscando o perdão daqueles a quem eles trataram com desrespeito. Esta resposta do infrator pode preparar o caminho para que ocorra a reconciliação. O sexto valor é o empoderamento. A visão circular devolve os poderes às vítimas, dando-lhes um papel ativo para determinar quais são as suas necessidades e como estas devem ser satisfeitas, como também dá poder aos infratores de responsabilizar-se por suas ofensas, fazer o possível para remediar o dano que causaram, e iniciar um processo de reabilitação e reintegração.

Os círculos se valem de uma estrutura para criar possibilidades de liberdade. Os participantes se sentam em círculos e começam a falar suas histórias. Um objeto chamado bastão da fala é utilizado para que todos possam falar e ouvir no momento oportuno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo procurou-se esclarecer o que é violência e como ela age no cotidiano escolar. Para tanto, procurou-se definir violência; conceituar os círculos de diálogos e analisar a linguagem e as etapas dos círculos de diálogos. Através dos objetivos elencados, chegou-se a conclusão que a violência é um fenômeno social que acontece em todo o mundo, visto que é possível vê-la, sentir, praticar, sofrê-la, e também não percebê-la, por isso requer modelos diferenciados de resolução de conflito e não apenas a punição.

Conforme já dito no corpo do trabalho, os círculos de diálogo são definidos a partir da relação homem-linguagem-sociedade. Nesse contexto, registra-se que a linguagem é o instrumento utilizado no processo comunicacional como meio possível e elo preciso de conexão entre os sujeitos sociais.

Nesse contexto, a fim de repensar as políticas de enfrentamento à violência no ambiente escolar, propusemos os círculos de diálogos que tem como prática basilar reunir os afetados no conflito para resolverem suas diferenças e quem sabe cheguem a um acordo. Essa modalidade circular utiliza a linguagem não violenta e a escuta empática como valores norteadores numa situação conflituosa.

Essa modalidade circular oferece a escola o diálogo compartilhado para que se restabeleça o clima de paz. Não procurando apontar quem foi o culpado pela infração, mas em saber como resolver o problema. As medidas adotadas não devem basear-se unicamente em um caráter punitivo, mas verificar qual a proporção atingida pelo ato violento.

Dessa forma, o aluno deve entender que seu erro trouxe consequências negativas para a comunidade, para a escola e, principalmente, para a vítima. Portanto, deve ele tomar consciência de seu feito livremente, sentir-se culpado e procurar reparar o dano cometido. E um ponto importante seria o pedido de desculpas, nesse sentido é importante o encontro entre os afetados.

Nesse procedimento há responsabilização consciente do ofensor, através dos encontros restaurativos, pois estes se apresentam como um importante instrumento na formação de uma justiça participativa que atue como verdadeira transformação para uma nova forma de promoção de direitos humanos, cidadania, inclusão e paz social, fortalecendo relações fragilizadas pelo conflito, (res) significando uma inovação na pacificação dos conflitos.

Portanto, acredita-se que não se pode construir a paz em uma sociedade quando não se reconhece os direitos, as necessidades e as fragilidades da pessoa humana. Vale ressaltar que esse paradigma circular toma por base o diálogo, a culpa compartilhada, a reparação de danos e o envolvimento de todos os atores sociais, a fim de que os laços rompidos sejam restaurados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ALKMIM, Tânia Maria. **Sociolinguística**. (coletânea de artigos). MUSSALIM,
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Crescer sem violência**: um desafio para os educadores. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz – CLAVES, 2004.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2004.

BRANCHER, Leoberto. **Manual de Práticas Restaurativas**, PNUD, 2010.

CANDAU, Vera Maria. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: Papyrus, 2004.

COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Direitos sociais e políticas públicas educacionais**. Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012.

COSTA, Marli Marlene Moraes da. PIEDADE, Fernando Oliveira Piedade. **JUSTIÇA RESTAURATIVA E VIOLÊNCIA ESCOLAR**. In: Direitos Humanos e Participação Políticas V.5 ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2014.

_____ **A construção dos círculos restaurativos como instrumento de prevenção ao conflito no espaço escolar**. Revista de Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro, ISSN: 1809-2721. N.16, p. 45-68, jun. 2014.

FERNÁNDEZ, Isabel. **Prevenção da violência e solução de conflitos**: o clima escolar como fator de qualidade. São Paulo: Madras, 2006.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 2008.

GUIMARÃES, Eloísa. **Escola, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: Edufrj, 2002.

MORAIS, Régis de. **Violência e educação**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2005.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?**(Coletânea de artigos) / SLAKMON, C., VITTO, R. C. P. de e PINTO, R. S. G.(orgs.). Brasília-DF, Ministério Público e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**: teoria e prática. São Paulo: Palas Athenas, 2010.

ROSA, Alexandre Moraes da; PRUDENTE, Neemias Moretti. **Bullying Escolar e Justiça Restaurativa**. São Paulo: Ibric, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: CULTRIX, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.

SEARLE, John R. **Mente, linguagem e sociedade**. Rio: Rocco, 2000.

WARAT, Luís Alberto. **O direito e sua linguagem**. Porto Alegre: Fabris, 1995.

ZALUAR, Alba (org.) **Violência e educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

